

FAX DE ALAIN MOREAU 011-2119273
PARA ODENIR DE OLIVEIRA 061-226 8782
em 321 1940

Como combinado, seguem
os recortes de JORNAL.

ACRESCENTO UNS APONTA-
MENTOS QUE PREPAREI
ANTES DO MEU ENCONTRO
COM O PRESIDENTE DINARTE
Um abraço

Alain

SAT PAULO 21-10-93

FAZENDA BAÍA DOS CARNEIROS

Em -----
 HOVE DENÚNCIA À POLÍCIA FEDERAL
 E AO IBAMA
 DE EXISTÊNCIA DA SERRARIA
 E DA EXTRAÇÃO ILEGAL DE MADEIRA

Em -----
 FOI INTERDITADA A SERRARIA
 E CONSTITUIDO
 O ADMINISTRADOR (?) PAULO CHIOTA
 COMO FIEL DEPOSITÁRIO

DISSE-ME JOEL
 QUE O FIEL DEPOSITÁRIO FALECEU
 E QUE O SNIZ
 NÃO SOUBE PRECISAR QUAL - FEDERAL (?)
 - DE SUCESSORES (!)
 TERIA MANDADO ARREGLAR
 O PROCESSO EM QUE SE CONSTITUIU O FIEL DEPOSIT.
 (SEM CONSTITUIR UM NOVO ?!)
 PESSOALMENTE, QUANDO SOUBE DO INCÊNDIO
 ORIENTEI NO SENTIDO DE SE
 LOCALIZAR, EM 1º LUGAR, O DOCUMENTO
 CONSTITUINDO O FIEL DEPOSITÁRIO

NÃO SOUBE DO PROJETO DE CUPAÇÃO
 SÓ QDO JÁ ESTAVA CONSUMADA

PEDIRAM APOIO

DIZENDO QUE TAMBÉM IAM PEDIR
AS ENTIDADES

RESPONDI QUE NÃO PEDIA CONCORDAR
COM A OCUPAÇÃO
A NÃO SER PARA FORÇAR AS AUTORIDADES
A VIR IBAMA
POLÍCIA FEDERAL

E QUE MANDARIA O "APOIO"
JUNTO COM A POLÍCIA FEDERAL
(PARA NÃO APOIAR, ANTES, UM ATO DE FORÇA)

1. ACHO MUITO ESTRANHO A COMITIVA
NÃO TER LEVADO UM ADVOGADO
QUE TERIA COMEÇADO PELO FIEL DEPOSITÁRIO
OU SEU SUCESSOR NATURAL: ESPÓLIO
OU DESIGNADO PELO JUIZ
2. SE É VERDADE QUE A MADEIRA BENEFICIADA
DARIA PARA CONSTRUIR 100 CASAS
E CONSIDERANDO AINDA A MAQUINARIA,
O GERADOR E A MADEIRA BENEFICIADA
ISTO VALE MUITO MAIS QUE UM CAMINHÃO PEQUENO
E UMA TOYOTA,
E O ACORDO LIVRA OS FAZENDEIROS DE PRISÃO
PELO DESERTO DE BENS EM DEPOSITO E PELO INCENDIO POSSIVELMENTE CRIMINOS.
3. SERIA IMPORTANTE PEDIR UMA CÓPIA DO ACORDO
PARA VER SE HÁ ALGUMA IMPROPRIEDADE
4. NÃO CABE AO ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA
FAZER DECLARAÇÕES SOBRE O(S) TÍTULO(S) DE PROP^º
5. COMO "APRESSAR" DECISÃO JUDICIAL DO STF?

DIZ JOEL QUE A INICIATIVA
TERIA SIDO DOS ÍNDIOS

QUE PREFEREM QUALQUER SOLUÇÃO RÁPIDA
AINDA QUE DESFAVORÁVEL

A DEIXAR A ÁREA POR MAIS TEMPO
SEM DEFINIÇÃO

DIÁRIO DO ESTADO

RO DE 1993 — N.º 12.096 ☆

9/10.10.93

☆ ESTA EDIÇÃO: 30 PÁGINAS — CAPITAL: CR\$ 50,00 — OUTROS MUNICÍPIOS: CR\$ 60,00 ☆

Orçamento da Capital para 94 será de CR\$ 21,6 bilhões

O prefeito Juvêncio César da Fonseca (PMDB) anunciou ontem, numa reunião com 11 vereadores, que o orçamento de Campo Grande para o ano que vem será de CR\$ 21,6 bilhões. O ante-

projeto foi discutido ontem com representantes de vários partidos e deverá ser encaminhado à Câmara Municipal logo depois do feriado prolongado, na sexta-feira (15). O orçamento do Legislativo será

de CR\$ 1 bilhão. Juvêncio reconheceu que a crise e a falta de definições econômicas impedem a elaboração segura do orçamento, mesmo assim procurou projetar com realismo o comportamento da receita

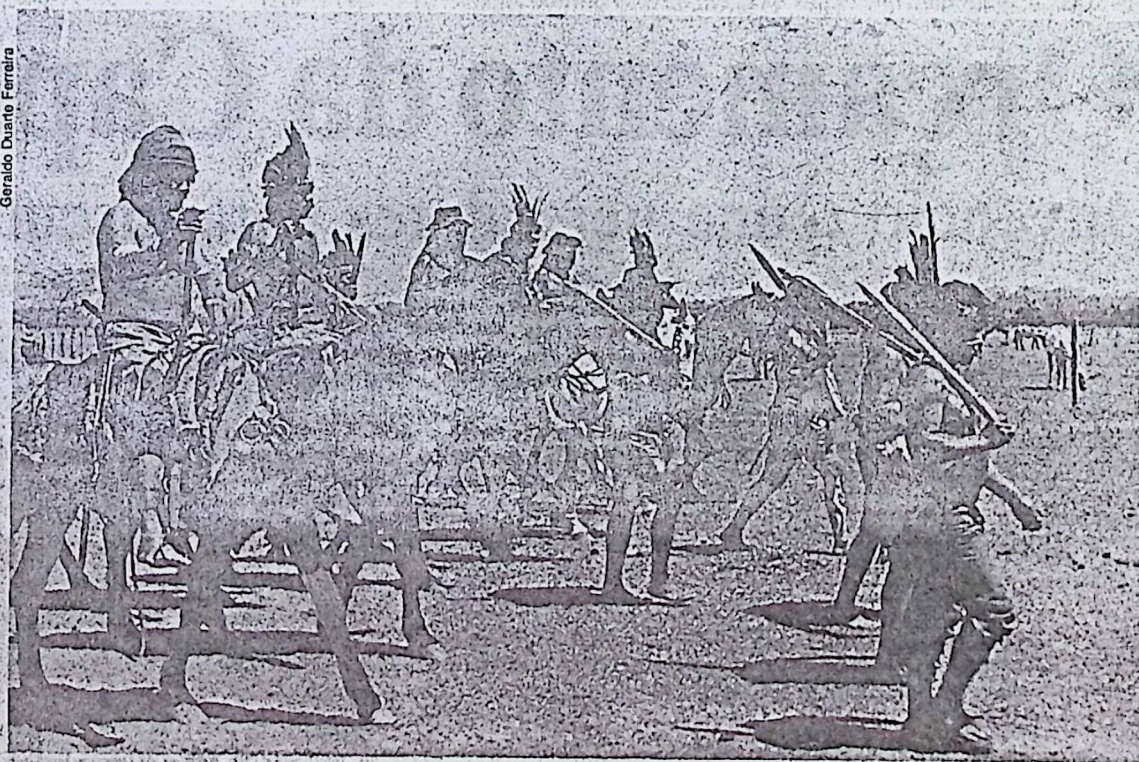
para prever os diversos programas a serem desenvolvidos. O setor social, segundo o prefeito, é prioridade. Os maiores investimentos serão realizados nas áreas de Saúde e na Educação.

Página 2

Índios fazem acordo com fazendeiros

Os índios kadiwéus, desmontaram ontem o estado de guerra armado na tribo, depois de um acordo firmado entre eles e os titulares da Fazenda Baía dos Carneiros, Mário Peron e Edson Nogueira. Os fazendeiros se comprometeram a ressarcir os prejuízos causados nas terras que estão sob litígio, doando um caminhão Mercedes-Benz e uma Toyota para aquela comunidade, além de permitir que algumas famílias da mesma nação indígena fiquem morando na fazenda até que a questão seja decidida pela Justiça. Também vão custear as despesas de uma comitiva dos kadiwéus até Brasília e acompanhá-la no Supremo Tribunal Federal, visando apressar a conclusão do processo sobre a área de 10 mil hectares, da propriedade rural.

Página 5



Após o acordo com os fazendeiros, os guerreiros retornam para a aldeia

Acaba o clima de guerra entre os kadiwéus

Fazendeiro vai ressarcir os prejuízos causados na fazenda ocupada desde a semana passada pelos índios

Terminou o clima de guerra na Fazenda Baía dos Carneiros, em Porto Murtinho, ocupada por 140 índios da nação kadiwéu desde sexta-feira da semana passada, período em que detiveram uma criança, uma mulher, dois peões e o capataz da propriedade rural, mas "com liberdade de ir e vir dentro da fazenda", conforme observou ontem no final da tarde, o assessor da presidência da Funai em Brasília, Carlos Marinho dos Santos.

Ele foi um dos mediadores da questão, surgida a partir da localização de uma serraria para beneficiamento de madeira nobre, instalada na fazenda e que estava interditada pela Justiça, totalmente destruída por um incêndio, que os kadiwéus consideraram criminoso. Revoltados, os kadiwéus formaram uma comissão de líderes, e resolveram declarar guerra ao "descaso das autoridades", segundo observou o cacique kadiwéu, Osmar Farias.

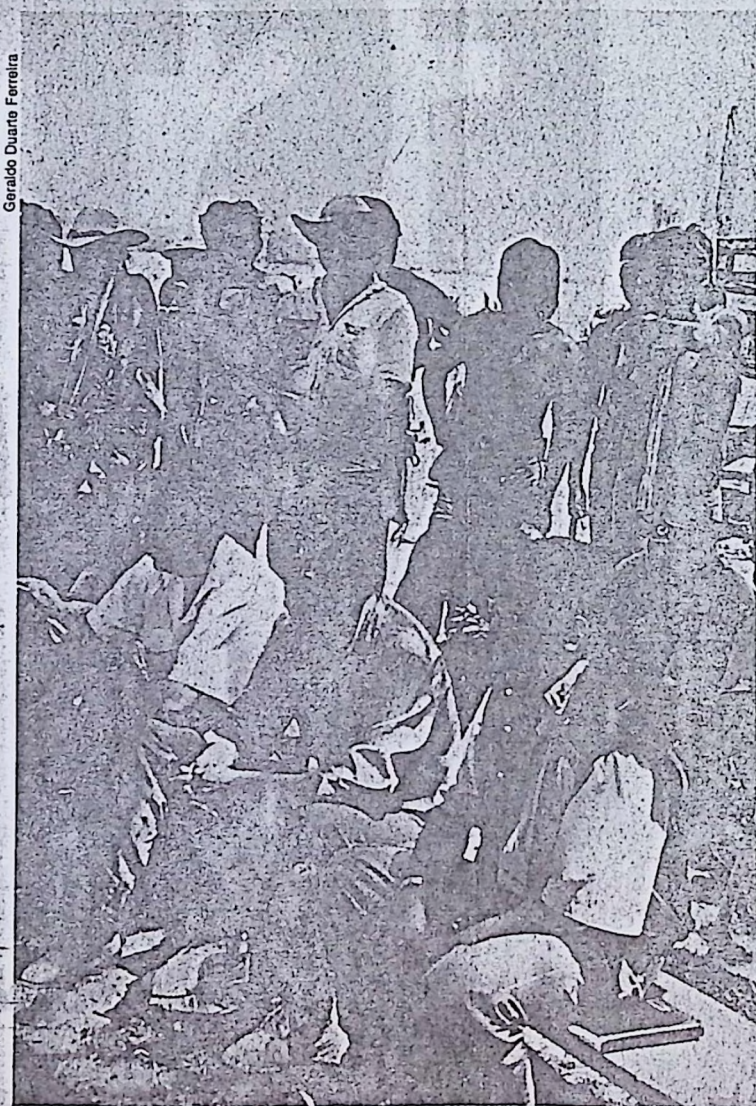
Acordo de paz

A paz chegou porque "os índios tiveram seus direitos reconhecidos", disse Carlos dos Santos acrescentando: "pela primeira vez na história, índios e fazendeiros se unem para resolver um conflito". A solução

encontrada foi que os prejuízos causados como a devastação da floresta com árvores de madeiras nobres, além de maquinários, gerador de energia elétrica e uma quantidade de madeira já beneficiada, suficiente para construir 100 casas.

O ressarcimento, começa dentro dos próximos 30 dias, com a entrega de um caminhão Mercedes Benz, para pequenas cargas e até fevereiro próximo, uma caminhonete Toyota, ambos veículos em estado novo. Também, ficou decidido que algumas famílias dos indígenas, cujo número será decidido até a próxima semana, passe a residir dentro da fazenda, enquanto durar a pendência judicial que está em Brasília.

Quem prometeu tudo isso, são os titulares do imóvel, Mário Peron e Edson Nogueira, que também prometeram pagar todas as despesas de locomoção e hospedagem, de uma representação kadiwéu e acompanhá-la até Brasília, onde tentarão de alguma forma, apressar a decisão judicial junto ao Supremo Tribunal Federal. Para o assessor da presidência da Funai, "foi um acordo histórico entre índios e brancos".



Geraldo Duarte Ferreira

Pela primeira vez, índios e brancos resolvem juntos questões fundiárias

Após a tensão, festa marcada para o dia 30

Passados os dias de tensão, os guerreiros kadiwéus voltam às aldeias, deixando uma promessa para os brancos que formaram o conselho de paz: darão uma grande festa na maior aldeia da reserva, quando receber o caminhão prometido por Mário Peron e seu sócio. "Festa que nós brancos, vamos participar e inclusive com a presença do presidente da Funai, Dinarte Nobre de Madiro", disse Carlos Marinho.

Ele reconheceu que a Delegacia Regional da Funai, agiu rápido contra "consequências imprevisíveis", explicando: "no caso do fazendeiro, ele próprio reconheceu que tinha um título da fazenda, em cima de um primeiro que é o verdadeiro, portanto, foi um acordo feito em um ambiente pacífico". Disse também que o atendimento às exigências da tribo, foram cumpridas.

Dois dos caciques mais experientes dos kadiwéus, negociavam a parte que exigia pro-

vidências. São eles Antônio Mendes e Liberedito Rocha. Durante duas horas e meia, eles ficaram reunidos separadamente da comitiva dos brancos. Passado esse tempo, os dois lados se reuniram e decidiram fechar o acordo. As negociações duraram cinco horas, ocupando toda a manhã de ontem e parte da tarde.

A questão toda girava em torno dos dois fazendeiros e dos kadiwéus. Porém, as intermediações dos brancos, foram feitas por uma comitiva composta por Carlos Marinho dos Santos, Joel de Oliveira, delegado regional da Funai, Juraci Almeida Andrade, indigenista da Funai, José Resina Fernando Junior, engenheiro agrônomo da Funai, Eduardo Barbosa Pereira, presidente do Conselho Estadual do Índio que representou os secretários de Justiça, e de Assuntos indígenas, além do líder kadiwéu Ambrósio da Silva e do técnico de Comunicação Social, Geraldo Duarte Ferreira, da Funai.

Kadiwéus armados ocupam fazenda em Murtinho

Cerca de 140 índios da tribo Kadiwéu, com armas de fogo, lanças, arco e flecha, ocupam, desde o começo desta semana, a fazenda Baía dos Carneiros em Porto Murtinho. Do local eles vigiam uma área de 160 mil hectares que está em litígio com fazendeiros, cuja posse será definida pela Justiça. Os índios pediram a presença do administrador da Fundação Nacional do Índio de Mato Grosso do Sul (Funai-MS), Joel de Oliveira. A invasão só foi confirmada ontem pela Funai.

A atitude dos índios veio depois que um grupo de Kadiwéus encontrou queimada a serraria, que funcionava irregularmente na área de 160 mil hectares e, por essa razão, foi interdita em 1991 pela Funai.

Dentro da serraria, que era para os indígenas uma prova da exploração irregular de fazendeiros, estavam lascas de aroeira e outras madeiras nobres, como cerejeira. Os Kadiwéus contavam, caso ficassem com as terras na decisão judicial, com a madeira para construir casas. Eles consideraram, segundo informou a Funai, que a destruição da serraria foi para eliminar provas contra fazendeiros.

Depois que constataram a destruição da serraria, o grupo de Kadiwéus se dirigiu à aldeia

Índios ainda vivem fora da reserva

Apesar das áreas de Sete Cerros, em Coronel Sapucaia, e Paraguassu, em Paranhos, terem sido homologadas pelo governo federal como terras indígenas, na segunda-feira, os índios continuam fora da reserva, que está guardada por seguranças dos fazendeiros. Essa situação se repete em Jarara, em Juti, Jaguari, em Amambai, além de uma faixa de 12.700 hectares na fronteira com a Bolívia, em Corumbá, onde deveriam viver os 405 índios que restam da tribo Guató, mas que permanece ocupada pelo Exército Brasileiro.

Revoltados com a situação, cerca de 50 índios, reunidos pela Sociedade Kaguatêca, foram ao plenário da Assembleia Legislativa, ontem de manhã, pedir o apoio dos deputados para resolver o problema da demarcação de terras.

A noite eles participaram da sessão na Câmara dos Vereadores de Campo Grande. Ontem terminou o prazo de 5 anos, previsto na Constituição de 1988, para a conclusão da demarcação das terras indígenas. No entanto, os índios do Estado continuam sem área para viver, denuncia a Sociedade Kaguatêca.

Mesmo com o fim do prazo, pelo menos quatro áreas nem chegaram ainda a ser demarcadas: Lima Campo, em Ponta Porã, Potriguassu, em Paranhos, Cerro Marangatu, em Antônio João e Sucuri, no município de Maracaju.

Superlotação

De acordo com a Sociedade Kaguatêca, existem em torno de 58 mil índios em Mato Grosso do Sul, população subestimada para 45 mil índios.

Os índios têm convivido

com um problema sério: a superlotação nas aldeias. Em reservas como Dourados, onde o suicídio de indígenas é frequente, há 3.530 hectares para 8.987 índios. Em Amambai são 2.429 hectares para 4.544 pessoas. Existem casos mais graves, como a aldeia Campestre, em Antônio João, onde 224 pessoas dispõem de 11 hectares para plantar e sobreviver.

Os limites da terra

As terras indígenas foram demarcadas em 1942 no Mato Grosso do Sul. Atualmente, essas propriedades ganham nova configuração. Em Sete Cerros, os índios têm direito a uma área de 9 mil hectares, mas os 230 indígenas guaranis são obrigados a ficar confinados em 1 hectare, já que as terras estão ocupadas por fazendeiros.

Em Paraguassu, a área é

não estão impedindo o trânsito de pessoas no local. A ocupação seria, conforme essa versão, uma forma de pressionar as autoridades no sentido de resolver o problema das demar



A comunidade indígena vive sob a sombra da sociedade

de 2.475 hectares, no entanto, os 293 índios guaranis vivem em 101 hectares. Conforme o artigo 231 da Constituição Federal de 88, os índios possuem o direito sobre as terras que

tradicionalmente ocupam, mas isso não acontece na prática. A Sociedade Kaguatêca explica que o governo estadual vendeu, na década de 30, propriedades dos indígenas.

ras indígenas, já que ontem se esgotou o prazo de cinco anos, estipulado pela Constituição Federal, para resolver a situação das reservas indígenas.

Segundo a Funai, o governo

estadual vendeu terras indígenas em Porto Murtinho, reduzindo a área da reserva dos Kadiwéus que ganharam as terras depois da Guerra do Paraguai, onde lutaram a favor do Brasil.

de onde vieram 138 indígenas armados até de espingardas, que ocuparam a fazenda Baía dos Carneiros com a finalidade de proteger a área de 160 mil hectares de possíveis espoliações, ex-

plicou a administração da Funai.

Além da presença de Joel Oliveira, os índios exigem que o proprietário da fazenda ocupada se desloque para o local. De acordo com a Funai, os índios

Funai tenta negociar com índios kadiwéus

O clima de guerra surgido na fazenda Baía dos Carneiros, em Porto Murtinho, poderá acabar hoje, com a chegada de uma comissão composta por funcionários da Funai, governo do Estado e representantes de entidades indigenistas, além da imprensa. Ali um grupo de 140 índios kadiwéus ocupou a propriedade rural e está detendo cinco pessoas, entre elas uma criança menor de cinco anos, e faz várias exigências para deixar o local. Uma delas já está sendo atendida. Nas primeiras horas de ontem, funcionários da (Funai), saíram da Capital levando arroz, feijão, farinha, erva mate e açúcar para os indígenas que há oito dias no local, estão se alimentando apenas de carne e mandioca.

A informação é da assessoria de imprensa da Delegacia Regional da Funai em Campo Grande, onde os preparativos para o cumprimento de outra exigência estavam em andamento: a presença na fazenda, do delegado regional, Joel de Oliveira; pelo assessor especial da presidência da Funai, Dinarte Nobre de Mendeiro, além da secretária esta-

dual para Assuntos Indígenas, Édina de Souza e do presidente do Conselho Estadual do Índio, Eduardo Barbosa. Todos eles, depois de uma reunião decidiram atender os ocupantes daquela propriedade rural.

A comitiva viaja hoje pela manhã para a Fazenda Baía dos Carneiros, levando a bordo de uma aeronave cedida pelo governo do Estado, o proprietário do imóvel, Mário Peron e seu sócio Edson Nogueira, e com essa decisão completar a série de exigências feitas pelos kadiwéus para desocupar a fazenda, ou tomar outras decisões que nem mesmo o delegado regional da Funai, Joel de Oliveira sabe. Ele afirmou que somente depois da reunião com as lideranças indígenas é que poderá esclarecer a situação.

Informações procedentes do local ocupado, dão conta de que os kadiwéus notaram que as terras em litígio estão sendo sempre atacadas por depredações diversas, e resolveram assumir a guarda desse patrimônio. A fazenda Baía dos Carneiros possui 10 mil hectares e está situada em uma área litigiosa de 160 mil hectares.